


**ENTRE A LEI E A SALA DE AULA: O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA  
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**BETWEEN LAW AND CLASSROOM: THE IMPACT OF PUBLIC POLICIES ON BRAZILIAN  
EDUCATION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.050-010>

**Elizama Alves de Aquino**

Especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva - FAVENI  
E-mail: [aquiprof@gmail.com](mailto:aquiprof@gmail.com)

**Valquires Martins de Santana**

Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas - Unisinos/RS  
E-mail: [valquiresadv@gmail.com](mailto:valquiresadv@gmail.com)

**Maira Comparini Xavier**

Complementação pedagógica em pedagogia FUNPAC- Faculdade de Educação Regional Serrana  
E-mail: [maira.comparini@hotmail.com](mailto:maira.comparini@hotmail.com)

**Ramon Dias de Araújo**

Mestrado em Educação Bilíngue - Instituto Nacional de Educação de Surdos  
E-mail: [ramondias948@gmail.com](mailto:ramondias948@gmail.com)

**Cristiane Rodrigues Thiel Silva**

Mestrado em Educação - Universidade Federal de Rondonópolis  
E-mail: [cristiane.thiel@edu.mt.gov.br](mailto:cristiane.thiel@edu.mt.gov.br)

**Fabio José Antonio da Silva**

Doutorado em Educação Física – Universidade Estadual de Londrina  
E-mail: [fjas81@hotmail.com](mailto:fjas81@hotmail.com)

**RESUMO**

Este artigo analisa o impacto das políticas públicas na educação brasileira, destacando a distância entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza na prática escolar. A partir da Constituição Federal de 1988, da LDB de 1996 e dos Planos Nacionais de Educação, observa-se um esforço contínuo para democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes. No entanto, indicadores como o IDEB e dados da PNAD Contínua revelam que ainda existem desafios relacionados à qualidade, equidade e inclusão. O texto discute a valorização docente, a importância da formação inicial e continuada, o papel das tecnologias digitais e a necessidade de políticas de Estado que assegurem continuidade e estabilidade. Conclui-se que, embora as políticas públicas tenham promovido avanços significativos, sua efetividade depende de condições concretas de implementação e de um compromisso político duradouro.

**Palavras-chave:** Educação brasileira; Políticas públicas; LDB; PNE; Inclusão; Formação docente; Tecnologias digitais.

### ABSTRACT

This article analyzes the impact of public policies on Brazilian education, highlighting the gap between what is established in legislation and what is actually implemented in schools. Since the 1988 Federal Constitution, the 1996 National Education Guidelines and Framework Law (LDB), and the National Education Plans (PNE), there has been a continuous effort to democratize access and ensure student permanence. However, indicators such as IDEB and PNAD Contínua data reveal persistent challenges regarding quality, equity, and inclusion. The text discusses teacher appreciation, the importance of initial and continuing training, the role of digital technologies, and the need for state policies that guarantee continuity and stability. It concludes that, although public policies have promoted significant progress, their effectiveness depends on concrete implementation conditions and long-term political commitment.

**Keywords:** Brazilian education; Public policies; LDB; PNE; Inclusion; Teacher training; Digital technologies.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, e no Brasil ela ocupa lugar central nas discussões políticas, sociais e econômicas desde a redemocratização. A Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo princípios de igualdade de acesso e permanência, além de garantir a obrigatoriedade do ensino fundamental. Desde então, diversas políticas públicas foram criadas com o objetivo de ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade do ensino. Contudo, entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza na sala de aula, existe um espaço de tensões, contradições e desafios que revelam a complexidade da realidade educacional brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, representou um marco regulatório importante, definindo princípios, objetivos e formas de organização da educação nacional. Somada aos Planos Nacionais de Educação (PNE), que estabelecem metas decenais, e a programas como FUNDEB, Bolsa Família e ProUni, a legislação buscou criar mecanismos de democratização do acesso e de valorização da educação como política de Estado. Entretanto, a distância entre a lei e a prática escolar permanece evidente: escolas sem infraestrutura adequada, professores desvalorizados, desigualdades regionais e sociais, além da falta de continuidade nas políticas educacionais entre diferentes governos.

Nesse sentido, discutir o impacto das políticas públicas na educação brasileira significa compreender não apenas os avanços conquistados, mas também os limites e contradições que se manifestam no cotidiano escolar. É necessário analisar como leis e programas se materializam na prática pedagógica, quais obstáculos impedem sua plena implementação e de que forma podem ser aperfeiçoados para garantir uma educação de qualidade. A sala de aula é o espaço onde a legislação encontra a realidade, e é nesse encontro que se revelam tanto as potencialidades quanto as fragilidades das políticas públicas.

Além disso, a introdução desse debate exige considerar o papel dos professores como mediadores entre a lei e a prática, a importância da formação docente, a necessidade de políticas voltadas para inclusão e diversidade, e o impacto das tecnologias digitais na educação contemporânea. A análise crítica do tema permite compreender que a legislação, por si só, não transforma a realidade escolar: ela precisa ser acompanhada de investimentos, gestão eficiente e compromisso político.

Portanto, este artigo busca refletir sobre o impacto das políticas públicas na educação brasileira, destacando a relação entre o que está previsto na lei e o que acontece na sala de aula. A intenção é discutir como as políticas educacionais moldam o cotidiano escolar, quais avanços foram conquistados e quais desafios ainda precisam ser enfrentados para que o direito à educação se concretize plenamente na vida de cada estudante.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O impacto das políticas públicas na educação brasileira é um tema que exige uma análise abrangente e crítica, pois envolve não apenas a formulação de leis e programas, mas também sua efetiva implementação no cotidiano escolar. Entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza na sala de aula existe um espaço de tensões que revela tanto os avanços conquistados quanto os limites estruturais que ainda persistem. A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao estabelecer a educação como direito fundamental e dever do Estado, criando bases para políticas públicas voltadas à universalização do acesso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, consolidou princípios de gestão democrática, valorização docente e garantia de acesso à educação básica. Posteriormente, os Planos Nacionais de Educação (PNE) definiram metas decenais, como a universalização da educação infantil e a ampliação da formação superior de professores. No entanto, como observa Saviani (2008), a legislação educacional brasileira sempre enfrentou o desafio de se concretizar em um país marcado por desigualdades profundas, e a distância entre o texto legal e a prática escolar é visível quando se analisam escolas sem infraestrutura adequada, professores desvalorizados e alunos que enfrentam barreiras socioeconômicas para permanecer na escola.

Os indicadores educacionais ajudam a compreender essa realidade. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, revelou progressos graduais, mas também estagnações. Em

2019, por exemplo, o IDEB do ensino fundamental anos iniciais alcançou 5,9, próximo à meta de 6,0, enquanto os anos finais ficaram em 4,6, abaixo da meta de 5,0. No ensino médio, o índice foi de apenas 3,9, evidenciando dificuldades estruturais. Além disso, dados do IBGE apontam que, em 2022, cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola, mostrando que o direito à educação ainda não é plenamente garantido. Esses números revelam que, embora as políticas públicas tenham ampliado o acesso, ainda há desafios relacionados à permanência e à qualidade.

A formação e valorização dos professores é outro ponto central. Programas como o PIBID e a Residência Pedagógica foram criados para aproximar os futuros docentes da realidade escolar e fortalecer sua prática. António Nóvoa (1992) destaca que não há ensino de qualidade sem professores de qualidade, e isso implica investir em formação inicial e continuada, além de garantir condições dignas de trabalho. No entanto, a realidade brasileira mostra que muitos professores enfrentam baixos salários, sobrecarga de trabalho e falta de apoio institucional, o que compromete a efetividade das políticas educacionais. Segundo o INEP, em 2020, mais de 40% dos professores da educação básica não possuíam formação específica na área em que lecionavam, o que evidencia a necessidade de políticas mais consistentes de valorização docente. Imbernón (2010) reforça que a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo e crítico, capaz de preparar o professor para lidar com as mudanças sociais e tecnológicas que impactam diretamente a escola.

A inclusão e a diversidade também são dimensões centrais das políticas públicas. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) e as diretrizes para a educação especial representam avanços importantes, mas a prática mostra que ainda há barreiras: muitas escolas não possuem infraestrutura adequada para receber alunos com deficiência, e a formação docente para lidar com a diversidade é insuficiente. Além disso, políticas voltadas para populações indígenas e quilombolas enfrentam dificuldades de implementação, revelando a necessidade de maior investimento em educação inclusiva e multicultural. Paulo Freire (1996) lembrava que a educação deve ser libertadora e inclusiva, mas isso só se concretiza quando as políticas públicas são acompanhadas de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com a valorização das diferenças. Cury (2002) acrescenta que a educação inclusiva é um direito humano fundamental e que sua efetivação depende de políticas públicas que garantam condições reais de acesso e permanência.

As tecnologias digitais representam outro campo de impacto das políticas públicas. Programas governamentais de informatização das escolas, como o ProInfo, buscaram ampliar o acesso a computadores e internet. Durante a pandemia de COVID-19, a necessidade de ensino remoto evidenciou tanto a importância das tecnologias quanto as desigualdades digitais existentes. Enquanto algumas escolas conseguiram implementar plataformas virtuais, outras sequer tinham acesso à internet. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2021), cerca de 4,8 milhões de estudantes não tinham acesso à internet em casa, o que

mostra que políticas públicas voltadas para tecnologia precisam considerar não apenas a oferta de equipamentos, mas também a inclusão digital e a formação docente para uso pedagógico das ferramentas.

Outro ponto relevante é o financiamento da educação. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é considerado uma das políticas mais importantes para garantir recursos às escolas públicas. Sua renovação permanente em 2020 foi uma conquista significativa, mas ainda há desafios relacionados à distribuição equitativa dos recursos e à sua aplicação eficiente. Sem financiamento adequado, as metas estabelecidas em lei dificilmente se concretizam na prática. Além disso, a falta de continuidade entre governos compromete resultados e gera insegurança nas escolas. Saviani (2008) alerta para a necessidade de políticas de Estado, e não apenas de governo, que garantam estabilidade e continuidade.

O impacto das políticas públicas também pode ser observado na relação entre escola e comunidade. Muitas iniciativas buscam aproximar a família da escola, reconhecendo que a participação da comunidade é essencial para o sucesso das políticas educacionais. No entanto, a realidade mostra que essa aproximação ainda é limitada, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A escola, muitas vezes, é vista apenas como espaço de transmissão de conteúdos, quando deveria ser um espaço de diálogo, cidadania e construção coletiva.

Portanto, o impacto das políticas públicas na educação brasileira é ambivalente: por um lado, possibilita avanços significativos, como a ampliação do acesso e a valorização da diversidade; por outro, revela limites estruturais que precisam ser enfrentados para que a legislação se traduza em práticas pedagógicas efetivas. A sala de aula é o espaço onde essas contradições se tornam visíveis, mostrando que entre a lei e a prática existe um caminho que precisa ser constantemente construído e aperfeiçoado.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir sobre o impacto das políticas públicas na educação brasileira é reconhecer que a legislação, por si só, não é suficiente para transformar a realidade escolar. Entre a lei e a sala de aula existe um espaço de contradições que evidencia tanto os avanços conquistados quanto os limites estruturais que ainda precisam ser superados. A Constituição de 1988, a LDB de 1996, os Planos Nacionais de Educação e programas como FUNDEB, ProUni e Bolsa Família representam marcos importantes na tentativa de democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes. Contudo, os indicadores educacionais mostram que ainda há desafios significativos relacionados à qualidade, à equidade e à inclusão.

A análise evidencia que o sucesso das políticas públicas depende de sua efetiva implementação, da valorização dos professores e da criação de condições concretas para que a escola cumpra sua função social. Como lembram autores como Paulo Freire, António Nóvoa e José Carlos Libâneo, a educação é um processo humano e político, que exige compromisso ético e participação ativa da sociedade. Sem

professores valorizados, sem financiamento adequado e sem continuidade nas políticas, a legislação corre o risco de se tornar apenas um conjunto de intenções.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer os avanços conquistados. A ampliação do acesso à educação básica, a criação de programas de inclusão e a valorização da diversidade cultural representam passos importantes rumo a uma escola mais democrática. A pandemia de COVID-19 também trouxe à tona a necessidade de políticas voltadas para a inclusão digital, mostrando que a educação precisa dialogar com as transformações tecnológicas do século XXI.

Portanto, a conclusão que se impõe é que o impacto das políticas públicas na educação brasileira é ambivalente: elas são fundamentais para garantir direitos e promover avanços, mas sua efetividade depende de condições concretas de implementação e de um compromisso político que vá além de governos e se consolide como políticas de Estado. É necessário compreender que a sala de aula é o espaço onde a lei se encontra com a realidade, e é nesse encontro que se revelam tanto as potencialidades quanto as fragilidades das políticas educacionais.

Assim, pensar em novos horizontes para a educação brasileira significa investir em professores, em infraestrutura, em inclusão e em continuidade. Significa reconhecer que a educação é um direito humano fundamental e que sua efetivação é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Educar é, em última instância, transformar, e para que essa transformação ocorra é preciso que as políticas públicas sejam mais do que textos legais: elas devem se tornar práticas vivas, capazes de mudar o cotidiano escolar e de garantir que cada estudante tenha acesso a uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/constituicao/> . Acesso em: 04 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 04 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> . Acesso em: 04 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm) . Acesso em: 04 abr. 2026.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e direito à educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Educação 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 04 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resultados do IDEB 2019*. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/ideb/resultados> . Acesso em: 04 abr. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.